

BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DO RIO MERITI

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63446.000153/2026-85

2. Descrição da necessidade

2.1 - A presente contratação decorre da necessidade de prover infraestrutura temporária adequada para a realização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no contexto da Operação Furnas 2026, a ser realizada no município de São José da Barra/MG.

2.2 - A Demonstração Operativa constitui atividade institucional de elevado interesse público, destinada a evidenciar a capacidade de pronta resposta, projeção de poder, interoperabilidade e preparo operacional da Marinha do Brasil, notadamente da Força de Fuzileiros da Esquadra, contribuindo para o adestramento das tropas e o aprimoramento técnico-operacional e a a promoção da mentalidade de defesa e da cultura marítima.

2.3 - Para a adequada execução do evento, faz-se imprescindível a disponibilização de estruturas temporárias e equipamentos especializados, compreendendo: locação de estruturas modulares; sistema de sonorização profissional compatível com área aberta e grande público; sistema de transmissão e apoio audiovisual; painel de LED para exibição de imagens institucionais e acompanhamento das manobras; e grupo gerador de energia, com capacidade suficiente para garantir autonomia e segurança energética durante todo o evento.

2.4 - O problema a ser resolvido consiste na inexistência, no âmbito da Administração Militar local, de infraestrutura própria, móvel e suficiente para suportar, com segurança, qualidade técnica e conformidade normativa, evento dessa magnitude, especialmente em local externo e não estruturado previamente para atividades dessa natureza.

2.5 - A não contratação dos serviços especializados poderá acarretar: inviabilização ou significativa redução da qualidade técnica da demonstração operativa; e descumprimento de padrões mínimos de segurança, acessibilidade e suporte técnico exigidos para eventos com público externo.

2.6 - Ressalta-se que a contratação por meio de empresa especializada mostra-se a solução mais adequada e eficiente, uma vez que: envolve equipamentos e estruturas de natureza técnica específica, que demandam montagem, operação e desmontagem por profissionais qualificados; trata-se de necessidade pontual e temporária, não se justificando a aquisição permanente dos bens e equipamentos; permite a transferência dos riscos técnicos de montagem, operação e manutenção ao contratado, observadas as disposições contratuais; e possibilita melhor relação custo-benefício, à luz do princípio da economicidade.

2.7 - Assim, sob a perspectiva do interesse público, a contratação pretendida visa assegurar condições técnicas, operacionais e de segurança indispensáveis à realização da Demonstração Operativa da FFE /COMOPNAV na Operação Furnas 2026, garantindo eficiência administrativa, adequada aplicação dos recursos públicos e atendimento às finalidades institucionais da Marinha do Brasil.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Intendência	Eduardo Nunes Santos Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Para assegurar a adequada execução da contratação pretendida, deverão ser observados os seguintes requisitos, tanto no que tange à habilitação dos licitantes quanto à prestação dos serviços contratados:

Habilitação dos Licitantes

4.1.1 - Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 107, de 20 de outubro de 2020, que alterou a IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.1.2 - A participação estará condicionada à regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes, devidamente comprovada por meio da apresentação das certidões exigidas no edital.

Vedações à Participação

4.1.3 - Com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, e diante da natureza e complexidade da contratação, serão vedadas as seguintes participações:

- a) Consórcios, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, de baixo valor unitário e baixa complexidade, o que torna desnecessária a formação consorciada, em nome da eficiência contratual;
- b) Cooperativas, considerando a natureza comercial da contratação e a ausência de subordinação entre cooperados, o que comprometeria a execução dos serviços nos moldes exigidos pela Administração.

Obrigações da Contratada

4.1.4 - A empresa contratada deverá:

- a) Fornecer, instalar e conservar os equipamentos e estruturas locadas, disponibilizando mão de obra qualificada, equipamentos e materiais em quantidade e qualidades adequadas, conforme especificações do Termo de Referência;
- b) Designar um Preposto ou Responsável Técnico, aceito pela fiscalização, para representá-la administrativamente durante todo o período de execução do contrato. Tal indicação deverá ser formalizada por declaração que contenha: nome completo, CPF, RG, telefone, e-mail e informações sobre sua qualificação profissional;
- c) Orientar seu Responsável Técnico quanto à obrigação de acatar todas as orientações da Administração e do Fiscal do Contrato, zelando pelo fiel cumprimento do objeto;

d) Realizar os testes de funcionamento de todos os serviços e equipamentos instalados, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença da equipe de fiscalização designada, sendo a aceitação definitiva condicionada à comprovação da execução integral dos serviços;

e) Assumir integral responsabilidade técnica pela execução contratual, sendo vedada, sob qualquer hipótese, a transferência de obrigações para terceiros, tais como fabricantes, técnicos, subcontratados ou subempreiteiros.

Natureza do Serviço e Critério de Julgamento

4.1.5 - A presente contratação se caracteriza como serviço de natureza não continuada, contratado por escopo, uma vez que impõe à contratada a realização de um serviço específico em prazo determinado, correspondente à execução da DEMOP no âmbito da Operação Furnas 2026.

4.1.6 - O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos itens, conforme previsto no Termo de Referência e no edital, sendo o objeto definido como serviço comum, nos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 5/2017-MPOG, por possuir padrões de qualidade e desempenho definidos objetivamente e compatíveis com as práticas usuais do mercado.

Indicação de Marcas

4.1.7 - Em razão das atividades operacionais desta unidade, muitas vezes executadas em ambientes adversos e de difícil acesso, como a Base Aérea Expedicionária de Furnas (BAE Furnas), a escolha de equipamentos de qualidade superior é fundamental para garantir segurança, eficiência e durabilidade dos serviços, porém por ser um serviço, a indicação de marca não será definida.

Capacidade técnica

4.1.8 - A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar Atestado(s) de CAPACIDADE TÉCNICA, emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, a fim de comprovar capacidade técnica da empresa licitante para a realização dos serviços de Locação, montagem de estruturas e/ou equipamentos para eventos, com características compatíveis aos itens que compõe o respectivo lote;

4.1.9 - Considerar-se-á compatível o atestado (s) que comprove a execução dos serviços, com fornecimento de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos itens e seus quantitativos previstos no lote.

4.2 - Para atendimento da necessidade identificada – viabilização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no âmbito da Operação Furnas 2026 – a solução a ser contratada deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade que se mostrem necessários e suficientes à sua adequada execução, sem restrições indevidas à competitividade.

4.3 - Os requisitos a seguir estabelecidos visam garantir segurança, eficiência, economicidade e conformidade normativa. A solução deverá contemplar, no mínimo:

4.3.1 – Requisitos Técnicos

Estruturas temporárias

a) Fornecimento, transporte, montagem, manutenção durante o evento e desmontagem de estruturas modulares, incluindo palco, tendas, arquibancadas e demais itens constantes da planilha de custos anexa;

b) Estruturas dimensionadas para o público estimado e para as características do local do evento;

- c) Atendimento às normas técnicas aplicáveis (ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação municipal);
- d) Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), quando exigível; e
- e) Garantia de estabilidade estrutural, resistência a intempéries e segurança contra colapso.

Sistema de sonorização

- a) Sistema de som compatível com evento em área aberta, com cobertura adequada da área destinada ao público e às autoridades;
- b) Equipamentos profissionais (PA, monitores, mesa de som digital, microfones, cabeamento, processamento e amplificação); e
- c) Operação por profissional técnico qualificado durante todo o evento.

Sistema de transmissão e apoio audiovisual

- a) Infraestrutura para captação e transmissão de imagens, quando aplicável;
- b) Fornecimento de equipamentos de vídeo compatíveis com a dimensão do evento; e
- c) Integração com o sistema de som e com o painel de LED.

Painel de LED

- a) Painel com dimensão e resolução adequadas à visualização em ambiente externo;
- b) Sistema de processamento de imagem compatível com as mídias institucionais; e
- c) Estrutura de fixação segura e certificada.

Grupo gerador de energia

- a) Gerador com capacidade suficiente para suprir integralmente a carga instalada;
- b) Sistema de redundância ou plano de contingência para evitar interrupções;
- c) Fornecimento de combustível, cabos e quadro de distribuição compatíveis; e
- d) Atendimento às normas ambientais e de segurança.

4.3.2 - Requisitos Operacionais

- a) Disponibilidade da infraestrutura dentro do cronograma definido pela Administração;
- b) Equipe técnica responsável pela montagem, operação assistida durante o evento e desmontagem;
- c) Responsabilidade integral da contratada por transporte, logística, seguros, encargos trabalhistas e tributos;
- d) Plano de montagem e desmontagem previamente aprovado pela Administração;
- e) Plano de contingência para falhas técnicas e condições climáticas adversas; e

f) Garantia de suporte técnico durante toda a realização da Demonstração Operativa.

4.3.3 - Requisitos de Segurança

- a) Atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e demais autoridades competentes;
- b) Observância das normas de segurança do trabalho (NRs aplicáveis);
- c) Sinalização adequada, rotas de fuga e proteção contra riscos elétricos;
- d) Aterramento elétrico e proteção contra sobrecarga; e
- e) Seguro de responsabilidade civil para cobertura de danos a terceiros, quando cabível.

4.3.4 - Requisitos de Sustentabilidade

- a) Priorizar equipamentos energeticamente eficientes;
- b) Adotar boas práticas de redução de resíduos na montagem e desmontagem;
- c) Realizar destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados;
- d) Utilizar, sempre que possível, materiais reutilizáveis e modulares; e
- e) Observar a legislação ambiental aplicável.

5. Levantamento de Mercado

5.1 - O levantamento de mercado tem por finalidade identificar e analisar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa consistente na locação de estruturas temporárias e equipamentos de sonorização, transmissão, painel de LED e grupo gerador, destinados à realização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no âmbito da Operação Furnas 2026, no município de São José da Barra/MG.

5.2 - A prospecção buscou avaliar soluções existentes, práticas adotadas por outros órgãos públicos, grau de maturidade do mercado fornecedor, bem como possíveis inovações tecnológicas aplicáveis ao objeto.

5.3 - O levantamento de mercado foi realizado mediante: a) pesquisa direta com fornecedores especializados, atuantes no segmento de locação de estruturas para eventos institucionais, militares e corporativos, com solicitação de informações técnicas e estimativas preliminares de preços; e b) análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente eventos institucionais de grande porte promovidos por órgãos federais, estaduais e Forças Armadas. Não foi identificada necessidade de realização de audiência pública formal, tendo em vista que o objeto é amplamente difundido no mercado e não apresenta grau elevado de complexidade tecnológica ou inovação disruptiva que justifique modelagem colaborativa prévia.

5.4 - Da análise das contratações similares, observou-se:

- a) A prática consolidada de contratação por locação integrada de estruturas e equipamentos, incluindo montagem, operação e desmontagem;

- b) A adoção de especificações técnicas baseadas em desempenho (capacidade de público, potência sonora, dimensão de painel de LED, carga elétrica instalada);
- c) A exigência de responsável técnico com emissão de ART/RRT;
- d) A previsão de plano de contingência para falhas elétricas e condições climáticas adversas; e
- e) A utilização de estruturas modulares padronizadas, de fácil montagem e reaproveitamento.

5.5 – Destarte, não foram identificadas metodologias significativamente inovadoras que substituam a locação tradicional como solução mais vantajosa para eventos temporários dessa natureza.

5.6 – Ademais, a pesquisa direta com fornecedores indicou:

- a) Existência de número suficiente de empresas aptas a atender o objeto;
- b) Disponibilidade de estruturas padronizadas compatíveis com o porte do evento;
- c) Existência de tecnologias de painel de LED de alta resolução para uso externo;
- d) Possibilidade de fornecimento de geradores com sistemas de proteção e controle automatizado; e
- e) Prática de mercado de contratação por pacote integrado.

5.7 - Com base na prospecção realizada, conclui-se que: o mercado apresenta maturidade e competitividade suficientes; a solução de locação integrada de estruturas e equipamentos, com fornecimento completo (montagem, operação e desmontagem), é a prática predominante e mais eficiente; não há inovação tecnológica que substitua de forma mais vantajosa o modelo tradicional de locação temporária; a contratação integrada reduz riscos técnicos e operacionais; e a alternativa selecionada está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

5.8 – Diante disso, conclui-se que a solução mais viável, eficiente e vantajosa é a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços. Essa modalidade permite a padronização do objeto, facilita a contratação conforme a demanda real, garante economia de escala, amplia a competitividade entre fornecedores e possibilita o atendimento descentralizado de diversas unidades da Marinha ao longo do exercício. Além disso, o SRP se coaduna com os princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência, conforme orientações da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o sistema. Trata-se, portanto, da alternativa que melhor atende ao interesse público, garantindo flexibilidade, regularidade no fornecimento e maior controle por parte da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 - Registro de Preços para a contratação de empresas visando o fornecimento dos serviços, de acordo com a quantidade descrita no item V deste ETP que irá compor o Termo de Referência, com vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação.

6.2 - O Registro de Preços é a forma mais viável para a contratação deste processo visto que o fornecedor se obriga ao fornecimento nas condições da Ata gerada, e a Administração efetuará o pedido apenas se houver a necessidade de aquisição de determinado serviço.

6.3 - A execução dos serviços será indicada na Ordem de Serviço ou reunião prévia, através do Gestor do Contrato.

6.4 - O evento poderá ser cancelado com a antecedência de até 2 (dois) dias úteis para a sua realização, sem ônus para a CONTRATANTE. Em caso de cancelamento fora do prazo estipulado, caberá à CONTRATANTE ressarcir as despesas assumidas pela CONTRATADA para atender a demanda, desde que devidamente comprovadas por meio de documentos fiscais.

6.5 - Não se aplicará o disposto no subitem anterior nos casos fortuitos, calamidades públicas, intempéries do tempo e de difícil solvência pelos meios humanos.

6.6 - A solicitação de serviços observará a necessidade, viabilidade e conveniência da CONTRATANTE.

6.7 - A entrega será realizada conforme cronograma entregue para a empresa de acordo com as necessidades dos eventos.

6.8 - Todos os itens objetos dessa licitação e suas respectivas estruturas deverão estar devidamente montadas, testadas e disponibilizadas para utilização com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas do início do evento mencionado na Ordem de Serviço.

6.9 - Quando da prestação de serviço pela licitante for detectado que a mesma não apresenta características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não apresente boa qualidade, a licitante deverá substituir imediatamente, com tolerância de, no máximo, 01 (uma) hora que antecede ao evento, sem ônus adicionais para a Administração Pública.

6.10 - A desmontagem e a retirada das estruturas, bem como o recolhimento dos itens e equipamentos constantes neste ETP deverão ser iniciados no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados o término do evento.

6.11 - Quando a duração da prestação do serviço ocorrer em prazo superior ao da duração da diária contratada na ordem de serviço, será pago o valor proporcional do serviço efetivamente prestado.

6.12 - A segurança dos equipamentos, da montagem à desmontagem, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, independente se em lugar aberto ou fechado.

6.13 - Os gastos com a montagem e a desmontagem de todas as estruturas e equipamentos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.14 - Todos os equipamentos e procedimentos deverão estar licenciados e em conformidade com a legislação vigente.

6.15 - A manutenção periódica e a conservação das estruturas deverão estar de acordo com as normas da ABNT.

Renovação de Quantitativo em Ata de Registro de Preços

6.16 - A Equipe de Planejamento avalia e prevê a possibilidade de renovação do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços, caso haja sua prorrogação de vigência.

6.17 - Esta decisão se justifica pela vantagem administrativa e econômica de não ter que iniciar um novo processo licitatório para a aquisição da mesma e expressiva quantidade de itens no próximo exercício. Dada a alta complexidade e o grande volume de materiais envolvidos nesta contratação, a possibilidade de renovação permite uma otimização dos recursos, maior agilidade no atendimento às necessidades da Base e das OMs Apoiadas, e evita a descontinuidade no abastecimento de insumos essenciais. Além disso, garante a eficiência e a economicidade, alinhando-se aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Local de Execução do Serviço

6.18 - Localização Primária da Demonstração Operativa da FFE/COMOPNAV (DEMOP): Praia Ponta da Serra (Prainha), São José da Barra – MG, CEP 37945-000, <https://maps.app.goo.gl/u68QaRHZ6yo6m5Qg8>.

6.19 – Localização Alternativa da Demonstração Operativa da FFE/COMOPNAV (DEMOP): Base Aérea Expedicionária da Marinha - R. Lavras, 288, São José da Barra – MG, CEP 37200-000, <https://maps.app.goo.gl/7pzPrNnEvz9PUwL69>.

Divulgação da intenção de registro de preços

6.20 - A divulgação da Intenção de Registro de Preços será dispensada. Assim, justifica-se a dispensa do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) com fulcro no previsto no §1º, do Art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, sob a justificativa de que se trata de uma contratação centralizada por este Órgão e demais Órgãos Apoiados subordinados ao Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

Da possível vedação à terceirização pretendida

6.21 - Segundo Chiavenato (2014), a terceirização consiste nas atividades não essenciais que podem ou devem ser delegadas a outras empresas que prestem um serviço melhor e mais barato. Desta forma, a instituição pode focar em sua atividade fim, deixando de realizar atividades secundárias.

6.22 - A terceirização de serviços na administração pública é regulamentada pela Lei nº 14.133, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. E pela Instrução Normativa (IN) nº 05 de 25 de maio de 2017 (IN 05/2017) que apresenta as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.23 - Segundo a IN 05/2017 para a contratação de serviços na administração pública deve seguir as fases de planejamento de contratação no setor público, seleção do fornecedor, além da gestão do contrato. Também deve seguir critérios e práticas de sustentabilidade e contar no planejamento estratégico da instituição. O art. 175 da CF/88 diz o seguinte: “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

6.24 - Para Silva (2020) o serviço público, isto é, a atividade fim da instituição, jamais pode ser terceirizada integralmente, portanto a contratação do serviço deve ser focada no objeto contratado de forma específica. Além disso, é um procedimento utilizado no serviço público para reduzir ou extinguir a participação do Estado em atividades não essenciais, buscando redução dos gastos públicos, aumento da qualidade e maior eficiência da máquina administrativa.

6.25 - Além das normas específicas de contratação de serviços deve se observar a legislação de fiscalização de contratos, na qual o art. 140, I, a) da Lei 14.133/2021 diz o que “provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico”.

6.26 - A função de fiscal de contrato é importantíssima para assessorar a administração da OM na fiscalização da execução dos serviços contratados, de forma a atestar a qualidade da atividade contratada.

6.27 - Devido ao local ser de difícil acesso e demandar avaliação prévia, o órgão não tornará possível a terceirização do serviço pela CONTRATADA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 - Com a finalidade de garantir que as quantidades estimadas de serviços e materiais estejam adequadas às reais necessidades da Administração, evitando insuficiências que possam comprometer

a execução da Demonstração Operativa da FFE/COMOPNAV (DEMOP) e das atividades da Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti (BFNRM) ao longo do exercício de 2026, foi realizado levantamento detalhado com base nos registros operacionais e administrativos disponíveis.

7.2 - A Equipe de Planejamento da Contratação utilizou como referência os dados de consumo e contratações efetuadas no exercício de 2025. A partir dessa análise, foram definidas as quantidades estimadas necessárias para atendimento integral da demanda, levando em conta a complexidade do evento, o número de participantes e os requisitos operacionais mínimos para garantir o pleno funcionamento das estruturas envolvidas.

7.3 - Adicionalmente, a presente demanda inclui itens que, embora não tenham histórico de aquisição em anos anteriores, podem vir a ser requisitados de forma pontual ao longo do exercício de 2026, visando a atender às necessidades da Administração. Essa abordagem visa minimizar a necessidade de abertura de múltiplos processos licitatórios durante o exercício, contribuindo para maior agilidade e racionalização administrativa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento adequado, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

7.4 - As quantidades estimadas foram organizadas de forma a permitir a contratação por demanda, respeitando os limites orçamentários disponíveis e as necessidades operacionais concretas. A contratação será realizada por intermédio do Sistema de Registro de Preços (SRP), o que possibilita maior flexibilidade à Administração quanto ao momento da execução contratual.

7.5 - Ressalta-se que o não atendimento ao quantitativo estimado poderá acarretar interrupções significativas nas atividades da Base e das Organizações Militares Apoiadas, afetando diretamente a prontidão operacional e a realização da Operação Furnas 2026, colocando em risco o sucesso das ações planejadas.

7.6 - No que se refere à requisição máxima e mínima de diárias, observar-se-á o seguinte: até 1 (uma) diária será utilizada para montagem da estrutura, bem como até 1 (uma) diária será utilizada para o dia do evento e desmontagem da estrutura, totalizando assim, a requisição mínima de 2 (duas) diárias. Ademais, entre o dia da montagem e o dia do evento, poderão ser utilizadas até 3 (três) diárias, com a estrutura já devidamente montada, para a realização de testes e treinamentos, totalizando assim, a requisição máxima de até 5 (cinco) diárias.

Item	Especificação	Descrição		CATSER	Unidade de Medida do Subitem	Unidade de Medida do Item
1	Instalação/ manutenção/ operação/ locação/ equipamento de luz/imagem/som	Imagem	Painel de LED de altíssima resolução P03 com dimensões 5/3 OUTDOOR	13757	15 M²	UN
			Tv's de "50"		2 UN	
			Vídeos Processadoras		2 UN	
			Mesa de Corte de Imagens		1 UN	
			Notebook		1 UN	
			Técnico Operador de corte e gerenciador de conteúdo		1 UN	
		Sonorização	Sistema Line Array Vertical LGC com 8 caixas acústicas tipo JBL		1 UN	
			Caixas QSC k12 para delei		4 UN	
			Mesa de Som Digital tipo Yamaha M7		1 UN	
			Microfones Gooseneck tipo Shure SM 58 Beta com fio e pedestal		3 UN	
			Microfone Gooseneck sem fio		1 UN	
			Técnico Operador		1 UN	
		Energia	Gerador de 80 KVA's com ART e aterramento		1 UN	
			Cabeamento		70 M	
			Caixa de Distribuição		1 UN	
			Passa-Cabos		20 UN	
		Transmissão	Serviços de transmissão simultânea com até 5 câmeras fixas; com mesa de corte e cabeamento		1 UN	
		Cabeamento	Cabeamento XLR balanceado		200 M	
			Cabeamento PP 2.5 /6.0		200 M	
			Cabeamento PP 4 vias com 64mm / Via		200 M	
		Equipamento	Pedestal		2 UN	
		Estrutura	Box Truss Q30		30 UN	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 80.000,00

8.1 - Os preços de referência foram listados conforme determina a IN nº 65/2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, do Ministério da Economia. Após o levantamento das necessidades, foram realizadas pesquisas de preços, que se encontram devidamente registradas no Mapa Comparativo de Preços, consultando o Painel de Preços e outras mídias de internet, bem como fornecedores, observando e excluindo os preços inexequíveis e excessivamente elevados, tendo por objetivo alcançar o menor preço para a execução do objeto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui regra quando técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

9.2 – Todavia, o parcelamento não é obrigatório quando demonstrado que: compromete a eficiência da contratação; aumenta o risco operacional; gera perda de economia de escala; ou torna a execução contratual excessivamente complexa. Assim, cabe à Administração justificar tecnicamente a opção adotada.

9.3 - O objeto da contratação consiste na locação de estruturas temporárias e equipamentos integrados (palco, tendas, arquibancadas, sistema de sonorização, transmissão, painel de LED e grupo gerador), destinados à realização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no âmbito da Operação Furnas 2026.

9.4 - Embora os itens que compõem a solução sejam tecnicamente divisíveis, eles:

- a) São funcionalmente interdependentes;
- b) Devem operar de forma integrada e simultânea;
- c) Possuem cronograma único de montagem, operação e desmontagem; e
- d) Exigem compatibilidade técnica entre sistemas elétricos, estruturais e audiovisuais.

9.5 – Destarte, a adequada execução do evento depende da perfeita coordenação entre todos os elementos.

9.6 - A divisão da contratação em múltiplos lotes independentes (por exemplo, estruturas, som, LED e gerador contratados separadamente) implicaria:

- a) Fragmentação de responsabilidades técnicas;
- b) Dificuldade na apuração de falhas e definição de responsabilidades;
- c) Risco de incompatibilidade técnica entre equipamentos;
- d) Maior complexidade de fiscalização contratual;
- e) Aumento do risco de atrasos na montagem;
- f) Possíveis conflitos logísticos entre fornecedores distintos; e
- g) Elevação dos custos indiretos de coordenação.

9.7 - Considerando tratar-se de evento institucional de grande visibilidade e de execução concentrada em curto período, eventual falha de integração poderá comprometer a segurança do público, a imagem institucional e o êxito da Demonstração Operativa.

9.8 - A solução será estruturada em **grupo único**, contemplando todos os itens necessários à execução integrada do evento. Essa modelagem: permite que a empresa vencedora seja responsável pela totalidade da infraestrutura; centraliza a responsabilidade técnica e operacional; facilita a fiscalização contratual; reduz riscos de incompatibilidade técnica; otimiza a logística de transporte e montagem; favorece economia de escala; e reduz custos administrativos da gestão contratual.

9.9 - Importante destacar que a estruturação por grupo não restringe indevidamente a competitividade, pois o mercado fornecedor é composto por empresas especializadas que usualmente ofertam soluções completas para eventos de médio e grande porte, conforme verificado no levantamento de mercado.

9.10 - Assim, justifica-se tecnicamente o **não parcelamento do objeto por itens**, adotando-se a estruturação da licitação por grupo único, por representar a solução mais adequada, eficiente e segura à realização da Demonstração Operativa da FFE/COMOPNAV na Operação Furnas 2026.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não foi identificada a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 - A presente contratação foi devidamente prevista no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) da Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti (BFNRM), em conformidade com os instrumentos de planejamento estratégico e operacional da organização.

11.2 - Ademais, o Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022, tornou dispensável para os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII, do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, que trata da elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 - A contratação pretendida visa assegurar a realização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no âmbito da Operação Furnas 2026, com elevados padrões de qualidade, segurança, eficiência e conformidade normativa, garantindo que o evento atinja plenamente seus objetivos institucionais, operacionais e de comunicação social.

12.2 – Sob a perspectiva da efetividade, espera-se que a solução contratada proporcione infraestrutura adequada e tecnicamente compatível com a magnitude do evento, assegurando a correta execução das atividades previstas, a adequada visibilidade das manobras operativas pelo público presente, o pleno funcionamento dos sistemas de sonorização, transmissão e exibição de imagens, bem como a estabilidade do fornecimento de energia elétrica durante toda a programação. Pretende-se, ainda, minimizar riscos de falhas técnicas, atrasos na montagem ou desmontagem das estruturas e intercorrências que possam comprometer a segurança de militares, autoridades e público civil. A centralização da responsabilidade em empresa especializada deverá contribuir para maior controle operacional, melhor gestão contratual e redução de riscos administrativos, permitindo que a Administração concentre seus esforços na coordenação estratégica do evento.

12.3 - Em termos institucionais, busca-se fortalecer a imagem da Marinha do Brasil perante a sociedade, ampliando a transparência das atividades militares, promovendo a mentalidade de defesa e estimulando a integração com a comunidade local e autoridades civis. A adequada execução do evento também contribuirá para o adestramento das tropas envolvidas, reforçando a prontidão operativa e a capacidade de projeção de poder da Força de Fuzileiros da Esquadra.

12.4 - No que se refere ao desenvolvimento nacional sustentável, a contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, promovendo o uso racional de recursos, a eficiência energética dos equipamentos empregados, a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados durante a montagem e desmontagem das estruturas e a adoção de materiais reutilizáveis e modulares, sempre que possível. Espera-se, ainda, que a contratação estimule a cadeia produtiva nacional do setor de eventos e infraestrutura temporária, fomentando a atividade econômica, a geração de empregos e o fortalecimento de empresas especializadas que atuam no mercado interno.

12.5 - A solução pretendida também busca assegurar a observância das normas de segurança do trabalho, acessibilidade e proteção ambiental, contribuindo para a realização de evento seguro, inclusivo e alinhado às diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública. Dessa forma, os resultados almejados transcendem a mera execução logística do evento, abrangendo ganhos institucionais, sociais, econômicos e ambientais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento nacional sustentável.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 - Designar formalmente os militares responsáveis pelas funções de gestor e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

13.2 - Promover capacitação prévia desses militares, especialmente no que se refere aos procedimentos de recebimento, verificação e aceite dos equipamentos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - A contratação pretendida refere-se à locação temporária de estruturas modulares e equipamentos de sonorização, transmissão, painel de LED e grupo gerador, destinados à realização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no âmbito da Operação Furnas 2026, no município de São José da Barra/MG.

14.2 - Trata-se de atividade pontual, transitória e de curta duração, não envolvendo obras permanentes, intervenções estruturais fixas, supressão vegetal, terraplenagem ou alteração significativa do meio físico. Assim, os impactos ambientais potenciais são classificados como temporários, reversíveis e de baixa magnitude.

14.3 - Os possíveis impactos ambientais identificados são:

- a) Geração temporária de resíduos sólidos, decorrentes da montagem e desmontagem das estruturas (embalagens, resíduos de materiais de fixação, cabos, entre outros);
- b) Emissão de ruído, proveniente do sistema de sonorização e do funcionamento do grupo gerador;
- c) Emissão atmosférica e consumo de combustível, associados à operação do gerador;
- d) Consumo de energia elétrica e combustíveis fósseis; e
- e) Risco potencial de vazamento de combustível, ainda que remoto, durante o abastecimento do gerador.

14.4 - Tais impactos não configuram degradação ambiental significativa, tampouco exigem licenciamento ambiental específico, por se tratar de evento temporário sem caráter contínuo ou potencial poluidor relevante.

14.5 - Como medidas de tratamento e mitigação, deverão ser observadas:

- a) Destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, com recolhimento integral ao término do evento;
- b) Utilização de equipamentos em bom estado de conservação e manutenção preventiva, a fim de reduzir emissões atmosféricas e ruídos excessivos;
- c) Operação do grupo gerador com sistema de contenção e proteção contra vazamentos;
- d) Adoção de boas práticas de uso racional de energia;
- e) Observância das normas locais relativas a limites de emissão sonora; e
- f) Remoção integral das estruturas ao final do evento, com restauração das condições originais da área utilizada.

14.6 - Adicionalmente, poderão ser privilegiados equipamentos com maior eficiência energética e estruturas modulares reutilizáveis, alinhando-se a contratação às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

14.7 - Considerando a natureza temporária da atividade, a inexistência de intervenções permanentes no meio ambiente e a adoção das medidas mitigadoras acima descritas, conclui-se que não há óbices ambientais à contratação, sendo os impactos identificados plenamente controláveis, reversíveis e de baixa relevância ambiental.

14.8 - Dessa forma, a solução pretendida mostra-se compatível com a legislação ambiental vigente e com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, não impondo restrições ambientais que inviabilizem sua execução.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 - À luz das análises técnicas, operacionais, mercadológicas, econômicas e ambientais realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para locação de estruturas temporárias e equipamentos de sonorização, transmissão, painel de LED e grupo gerador, destinados à realização da Demonstração Operativa da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE/COMOPNAV), no âmbito da Operação Furnas 2026, mostra-se plenamente viável, adequada e razoável sob a perspectiva do interesse público.

15.2 - Restou demonstrado que a Administração não dispõe de meios próprios suficientes para atender à demanda com a qualidade, segurança e tempestividade exigidas, sendo a locação temporária a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, especialmente diante do caráter eventual da necessidade. A solução escolhida encontra respaldo no levantamento de mercado realizado, que evidenciou a existência de fornecedores qualificados e competitividade suficiente para assegurar disputa isonômica e obtenção da proposta mais vantajosa.

15.3 - A modelagem da contratação por grupo único revelou-se tecnicamente justificada, considerando a interdependência funcional dos itens, a necessidade de execução integrada e a mitigação de riscos operacionais, não havendo restrição indevida à competitividade. Os requisitos estabelecidos mostraram-se necessários e suficientes, evitando tanto especificações excessivas quanto lacunas técnicas que possam comprometer a execução contratual.

15.4 - Do ponto de vista ambiental, verificou-se que os impactos potenciais são temporários, reversíveis e de baixa magnitude, não configurando impedimento à contratação, especialmente com a adoção das medidas mitigadoras previstas. Sob o prisma do desenvolvimento nacional sustentável, a contratação contribui para o fortalecimento da cadeia produtiva nacional do setor de infraestrutura para eventos, geração de emprego e renda, além de incorporar práticas compatíveis com a responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

15.5 - Ademais, os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança jurídica e interesse público, assegurando condições adequadas para a realização de evento institucional de relevante importância estratégica e de comunicação social para a Marinha do Brasil.

15.6 - Diante do exposto, posiciona-se conclusivamente pela viabilidade técnica, econômica, operacional, ambiental e jurídica da contratação pretendida, reputando-a razoável, necessária e compatível com os objetivos institucionais da Administração, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO NUNES SANTOS JUNIOR

Chefe do Departamento de Intendência



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 10:41:53.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - document-1.pdf (83.13 KB)
- Anexo II - 4_-Mapa_de_Riscosassinado.pdf (73.91 KB)
- Anexo III - Analise_Critica_da_Pesquisa_de_Precosassinado.pdf (78.23 KB)
- Anexo IV - Preço 1 e 2.pdf (81.03 KB)
- Anexo V - Preço 3.pdf (198.18 KB)
- Anexo VI - TERMO_DE_JUSTIFICATIVA_DE_NAO_DIVULGACAO_DE_IRP_-_LOCACAO_DE_SISTEMA_DE_SOMassinado.pdf (100.89 KB)
- Anexo VII - 3_-MCPassinado.pdf (83.31 KB)
- Anexo VIII - 4.1._Estimativa_de_Necessidades_CONSOLIDADO_OMAPassinado.pdf (55.75 KB)
- Anexo IX - 13._Justificativa_adocao_SRPassinado.pdf (55.65 KB)
- Anexo X - 14._Termo_de_Atividade_de_Custeioassinado.pdf (49.81 KB)
- Anexo XI - 3._Termo_de_Ciencia_Equipe_de_Planejamento_e_Apoio_da_Contratacaoassinado-01assinadoassinado.pdf (113.3 KB)